

Paulo Ferreira da Cunha

O essencial sobre

FILOSOFIA POLÍTICA  
MODERNA

IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA

## INTRODUÇÃO

Os tempos de que se cura no presente volume são, antes de mais, de Renascimento: ou seja, de renovação, de ressurgimento do clássico e de construção do moderno com apelo e/ou sob pretexto de retorno à antiguidade greco-romana. Mas prolonga-se até ao momento da original perfeição teórica do Estado Moderno, categoria política indissociável da Modernidade.

Começamos com Nicolau Maquiavel (1469-1527), que rompe com os paradigmas e a retórica medievais, para talhar uma perspectiva política não idealista, mas realista, baseada no poder tal qual se apresenta a nossos olhos. A par desta inovação epistemológica, trata-se, para o Florentino, do assentar das bases do Estado moderno: desde logo com a ética maquiavélica, mas continuando em todo o período, mesmo apesar das inúmeras críticas de que vai sendo alvo, e que se prolongam até nós.

Entretanto, o Renascimento é também Humanismo — de *Homem medida de todas as coisas*, logo, de cultura e também de crise e crítica. E Renascimento é também tempo de Reforma, a qual assume as vestes de projecto de

mudança social e de utopia em Tomás Moro (1478-1535), o qual, aliás, vivendo como pensava, por tal pagaria com a própria vida. E já se reveste da máscara da paródia e do projecto pacifista e educativo-religioso em Erasmo de Roterdão (c. 1469-1536). A Reforma é, na verdade, uma outra face do humanismo: aplicando à religião a mesma crítica social e livre arbítrio de investigação que outros usariam para as matérias laicas. Se com Martinho Lutero (1483-1546) temos sobretudo a demolição crítica do edifício eclesiástico católico romano da época, com João Calvino (1509-1564) vai já manifestar-se a deriva do tempo, a aspiração ao Estado, e a um Estado pelo menos autoritário.

O Estado — «obra de arte» renascentista — prosseguiria na sua marcha teórica com a soberania de Jean Bodin (1529/1530-1596/1597), que Tomás Hobbes (1588-1679) agigantaria no *Leviatã*.

Tempos, pois, ambíguos: de grandes aspirações à autonomia e à liberdade do Homem, a par de enormes passos no sentido do seu controlo por poderes cada vez mais absolutos.

Simbolicamente este livro não terá «Conclusão», pois inconclusa se encontra ainda a Modernidade, prolongando-se na Contemporaneidade — quer a primeira, liberal, quer a nossa. Vivemos, pois, ainda, a Modernidade, ou avatares seus. E por muito que tenhamos aspirado a uma pós-modernidade, continuamos apenas «tardo-modernos».

## MAQUIAVEL

(Florença, 3 ou 4-V-1469-22-VI-1527)

Maquiavel parece posar para a História como o autor de um «Espelho de Príncipes» moralmente deformador, como um desses espelhos obtusos de lunaparque. Mas esse é o mítico Maquiavel, que já Shakespeare excomulgava, e seria naturalmente diabolizado por todos os guardiães da ortodoxia do bom governo teórico (a par, tantas vezes, do pérfido governo real). Na realidade, esse Maquiavel é fantasiado, e não apenas o próprio se não vê assim, antes, muito mais meandrosa e subtilmente, também o não terão visto dessa forma os que o conheceram ou dele tiveram mais directa notícia.

Olhemos a sua principal iconografia, que se encontra sobretudo no Palazzo Vecchio de Florença. Ressalta imediatamente um enigmático sorriso de *Gioconda* no retrato pintado por Santi di Tito (Viroli, 2002); não já o ar ensonado do busto de terracota policroma (Ridolfi, 2003). E dir-se-ia que aí o poder desejou apresentar-nos do secretário da República a dupla face de Janus: o fiel e zeloso burocrata (que realmente nunca foi) e o agudo

observador do mundo, dos homens e suas misérias, especialmente das misérias do poder. Mas quer um, quer outro, estão longe do *alter ego* do demónio...

Há um misto de sentimentos e atitudes nessa expressão dúbia do retrato de Tito: dir-se-ia que Maquiavel a um tempo se ri do mundo com um dos olhos, zomba discretamente do ridículo espectáculo dos pequeninos homens, e com o outro olhar os teme — porque conhece a sua natureza essencialmente má. Os lábios, mantém-nos apertados, denotando não apenas a circunspecção do avisado político e diplomata, mas também o geral refrear de emoções, que contudo sabemos hoje terem sido profundas e flamejantes, em podendo expandir-se. O retrato confunde-nos e é, a seu modo, impenetrável. Como é também, estamos a vê-lo — paradoxalmente —, tão esclarecedor... Mas passemos aos factos.

Nicolau Maquiavel nasceu em Florença, perto do Arno, a 3 ou 4 de Maio de 1469, de uma nobre família toscana, que ocupara no passado cargos cimeiros, mas que se vira progressivamente privada de bens. O pai era um culto jurista que se tornara insolvente. Será na biblioteca deste, sem dúvida mais que com preceptores eventuais, que Maquiavel iniciará a sua formação, sobretudo nos clássicos latinos — e muito particularmente em Tito Lívio, cuja primeira *Década* tomará como pretexto analítico numa das suas obras, por sinal a mais «democrática». É duvidoso que tenha chegado a dominar o idioma grego, e

significativamente escreverá sobretudo em italiano, sinal já do seu patriotismo.

Marcelo Virgílio Adriani, entusiasta dos clássicos e da grandeza da antiga Roma, iniciou-o nos meandros dos Negócios Estrangeiros. Seria embaixador mais de vinte vezes e dirigiu algumas operações militares. Embora haja quem o considere nulo nessa matéria, e se conte uma anedota sobre tal inépcia, em que o *condottiere delle Bande Nere* o teria desafiado a comandar as suas tropas — que o burocrata florentino teria sido incapaz de dispor sequer em posição de combate. Não se peça aos estudiosos e criadores de ideias que sejam exímios nas execuções: cabem-lhes mais altas tarefas... que caberá a outros pôr em acção. Infelizmente, incapazes de julgar o que é próprio dos criadores, os fazedores *vão além da chinela* (ou *da fivela*) apontando-lhes erros que são apenas manifestações da sua natureza.

Alguns acontecimentos políticos terão marcado a memória e a sensibilidade de Nicolau. Em criança, testemunha a execução sangrenta dos Pazzi, conjurados que em plena igreja tentaram eliminar Lourenço de Médicis; mais tarde, vê Carlos VIII de França invadir a sua pátria, e assistirá ainda, impressionado, às pregações do *profeta desarmado* e de triste fim que foi o exaltado Savonarola. Parece ter tido alguma simpatia por este, decerto dessas admirações ambíguas que podemos nutrir pelos contrá-

rios, sobretudo quando, derrotados, lhes detectamos os erros e sabemos a razão da sua perda.

No seguimento da substituição da teocracia deste visionário por um governo republicano, Maquiavel assume a secretaria da segunda chancelaria — cargo que ainda hoje é alvo de dúvidas quanto à importância e real poder: não podemos deixar de nos lembrar da banal e sonolenta escultura de terracota quando alguns retratam Maquiavel vindo das compras, com um saco cheio de legumes, cruzando a praça, rumo ao seu obscuro gabinete...

Com o derrube do Gonfaloniero Soderini pelos Médicis, Maquiavel é demitido, preso e até torturado. Resiste com dignidade e nada se lhe pode apontar. Uma vez libertado, recolhe-se à sua propriedade nos arredores de Florença, onde leva uma vida dupla: de dia, é um modesto mas *bonus paterfamilias*, que administra a pequena propriedade, levando uma existência medíocre, na melhor das hipóteses conversando com gente humilde e iletrada; à noite, enverga os mais ricos vestidos, dignos da pompa das cortes que frequentou, e estuda e escreve a sua obra — política, poética, dramática —, que muitos consideram sobretudo uma tentativa de cair nas boas graças do poder. O quarto em que Maquiavel escreveu a sua obra-prima, posto que algo sombrio, tem cores verdes de esperança, e a sua mesa de trabalho, tosca e estreita, dá para a janela dos seus sonhos. Uma austera

cadeira e um pequeno armário concluem a mobília; neste estariam decerto os clássicos herdados do pai, sua maior riqueza e uma das suas fontes de inspiração.

Parece que Lourenço de Médicis, a quem Maquiavel enviara *O Príncipe*, tardou umas puxadas horas a enviá-lo recompensa, que se limitou a duas garrafas de bom vinho. Assim pagam os grandes aos que procuram justificar o seu mando.

O secretário florentino voltará a um relativo favor do poder por mais duas vezes, mas de duração curta, e nunca de forma a saciar as suas altas ambições. Numa dessas ocasiões em que teve melhor *fortuna*, é encarregado de escrever a *História de Florença* — do que se desincumbirá com muito talento e originalidade, e evitando escolhos políticos comprometedores.

Escritor notável, fino psicólogo e humorista (como também se pode aquilatar pela sua peça mais célebre, *A Mandrágora*), Maquiavel é um desses vencidos da vida que a glória póstuma obviamente não cura em vida da desdita, e que durante a existência tormentosa procuram afogar a ingratidão da sorte nos prazeres, na ironia e no sonho de um poder que não tiveram, mas para que se sentiam vocacionados, ou a que consideravam mesmo ter jus.

A 22 de Junho de 1527, um medicamento parece ter envenenado o amargo pensador, tirando-lhe a vida.



As interpretações de Maquiavel e do seu pensamento são múltiplas, mas ressalta, apesar de tudo, de entre a multidão de perspectivas adversas, um conjunto de traços relevantes: o seu pessimismo antropológico, o seu realismo político, sem ilusões, a par de um idealismo em prol da unidade italiana, sob o comando de um chefe ao qual não hesita em conferir todos os poderes, justificando-lhe até todas as perfídias como meios para alcançar o fim maior.

Sendo talvez de raiz ou por princípio um republicano e até eventualmente em teoria um democrata, e longe de, no íntimo da sua consciência, se poder legitimamente nele ver um imoral ou amoral, Maquiavel rende-se, todavia, e por completo, à dureza do jogo político, n' *O Príncipe*, acabando a sua obra por justificar muitos tiranos, de várias colorações políticas. Absolvidos desde que votados ao fim último maior que a sua política vise. No seu caso concreto, a justificação de todas as vilanias era, como vimos, a almejada unificação da Itália, correspondendo realmente a um Renascimento da sua antiga glória romana. Desses renascimentos que, como sempre, em qualquer tempo, invocam o mito do passado para construir a utopia do futuro, quer disso se apercebam, quer não.

O significado da obra de Maquiavel não pode ser entendido, de forma simplista, como um elogio do cinismo ou da perfídia em política. Trata-se antes de uma revolução científica no tratamento da *res publica*: o de um olhar

frio, certo, não idealista. A política passa de discurso mítico legitimador, e de mistificação bem intencionada, a coisa humana, decerto *demasiado humana*. E é também por isso que Maquiavel (ao contrário do que virá até a acontecer depois, mesmo com o livre-pensador Espinosa, ou o autoritário Hobbes, ou o liberal Locke, e tantos outros) não funda nenhuma das suas asserções em argumentos religiosos ou escriturísticos, nem com eles procura dialogar no seu *Príncipe*. Maquiavel é o primeiro dos modernos em política, e é o símbolo do renascimento político. Com ele, entra para o léxico político a palavra «Estado» (e a vontade da sua construção, que no seu tempo assentava caboucos) e a política é encarada na sua verdade de perigo, risco e mistério, entre a *virtù* e a *fortuna*, que são muito mais, no seu léxico próprio, que as nossas simples «virtude» e «sorte». Maquiavel considerou que pelo menos metade dos sucessos dependem da *fortuna*. Mas mesmo a ela desejou compreender, estudando as leis do seu funcionamento: naturalmente influenciado pela sua própria experiência e circunstância, afirmaria a *fortuna* caprichosa como a Mulher, e como ela mais favorável aos jovens, aos audazes, etc. Eis uma das insuspeitadas observações que se podem colher no pequeno tratado d'*O Príncipe*.

Não deixou também de haver quem observasse que *O Príncipe*, mostrando sem véus a maldade dos poderosos, abriu os olhos dos demais. Independentemente da

vontade real do seu autor, é indesmentível que a análise já em boa medida politológica de Maquiavel acaba por ter também essa função esclarecedora.

\*

## BIBLIOGRAFIAS

### **Bibliografia activa principal/específica:**

*Il Príncipe* (1532); *La Mandragola* (1520); *Belfagor Arcidiavolo* (1549); *Dialogo dell'arte della guerra* (1521); *La Clizia* (1526); *Discorsi sulla prima deca di Tito Livio* (1512-1519); *Relatórios diplomáticos*.

### **Edições correntes/recomendadas:**

*Oeuvres complètes*, ed. de Edmond Barincoeu, prefácio de Jean Giono, reimp., Paris, Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, 1986; *Il Príncipe*, introd. de Piero Melograni, Milão, B. U. R. Rizzoli, 1991; *Il Príncipe e pagine dei Discorsi e delle Istorie*, org. de Luigi Russo, Florença, Sansoni, 1967; *Il Príncipe*, com um ensaio de Vittore Branca, reed., Milão, Arnoldo Mondadori, 2003; *Il Príncipe*, introd. de Nino Borsellino, seguido de *Dell'arte della guerra*, ed. de Alessandro Capata, 2.<sup>a</sup> ed., Roma, Newton, 2003; *Il teatro e tutti gli scritti letterari*, org. de Franco Gaeta, Milão, Feltrinelli, 1965; *La Mandragola e il Príncipe*, org. de Gian Mario Anselmi, Elisabetta Menetti e Carlo Varotti, Milão, Bruno Mondadori, 1993; *Opere complete*, Palermo, Fratelli Pedone Lauriel, 1868; *Tutte le opere storiche, politiche e letterarie*, org. de Alessandro Capata, com um ensaio de Nino Borsellino, Milão, Newton, 1998; *Tutte le opere*, org. de Mario Martelli, Florença, Sansoni, 1971; *A Mandrágora. Bejfagor, o Arquidiabo*, São

## ÍNDICE

Introdução .....	3
Maquiavel (Florença, 1469-1527) .....	5
Tomás Moro (Londres, 1478-1535) .....	17
Erasmus de Roterdão (Roterdão, c. 1469-Bâle, 1536)	45
Martinho Lutero (Eisleben, 1483-1546) e João Cal- vino (Noyon, 1509-1564) .....	51
Jean Bodin (Angers, 1529/1530-Laon, 1596/1597) .....	63
Tomás Hobbes (Westport, 1588-Hardwick Hall, 1679)	69